

Disponibilização do recurso da audiodescrição nos documentos digitais e ambientes virtuais das bibliotecas universitárias do Nordeste do Brasil

AVAILABILITY OF THE AUDIO DESCRIPTION RESOURCE IN DIGITAL DOCUMENTS AND VIRTUAL ENVIRONMENTS OF UNIVERSITY LIBRARIES IN NORTHEAST BRAZIL

Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino

cleide.rodriques@ufca.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/5619979866984830>

<https://orcid.org/0000-0002-3812-3167>

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Linguística, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Gerenciamento de Bibliotecas Públicas e Escolares pela Universidade de Brasília (UnB) e em Literatura Brasileira pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e do Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB) da UFCA. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPB.

Ma. Ana Lúcia Leite Santos

analuciauepb@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3239373038937800>

<https://orcid.org/0009-0000-2154-4099>

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em bibliotecas escolares e acessibilidade pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em Psicopedagogia pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP). Bacharel em Biblioteconomia pela UFPB. Desde 2008 é bibliotecária da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), atuando no uso do serviço Braille e das ferramentas tecnológicas para o acesso à informação.

Submetido: 09 maio 2023

Publicado: 20 jul. 2023

RESUMO

Na contemporaneidade, o intenso desenvolvimento industrial, tecnológico e científico, notadamente a partir do século XX, provocaram uma grande explosão informacional, que exigiram o domínio de novas dinâmicas virtuais para a interação social, principalmente no que diz respeito ao acesso ao conhecimento, a comunicação e a pesquisa no atual mundo globalizado. Neste contexto, as bibliotecas universitárias brasileiras deparam com novos paradigmas sobre seu papel, em que bibliotecários e os seus usuários têm intensificado a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), havendo no processo, a necessidade de incorporar os grupos minoritários, como é o caso dos usuários com deficiência visual. Em face dessa compreensão, este artigo objetiva identificar nas bibliotecas universitárias da região Nordeste do Brasil, através do Portal Institucional, o uso da audiodescrição para os documentos visuais digitais, com vista a incluir os usuários com deficiência visual. O *corpus* investigativo compreendeu nove bibliotecas das universidades localizadas nas capitais do Nordeste brasileiro, a partir de uma pesquisa documental e descritiva de abordagem qualitativa. Para tanto, além do histórico da inclusão informacional dos usuários com deficiência visual, enfatiza-se, com base nos documentos digitais e ambientes das bibliotecas universitárias do Nordeste do Brasil, a importância da utilização do recurso para a disseminação das informações acadêmicas acessíveis no ambiente virtual, como produto cultural, transmitindo conhecimento, entendimento, informações, e

ampliando o acesso a inclusão social e cultural desses usuários. A investigação apontou que a audiodescrição ainda não é uma prática nas universidades e que, dessa forma, ainda não é possível atender as pessoas com deficiência visual de forma completa.

PALAVRAS-CHAVE: biblioteca universitária; audiodescrição; acervo acessível; usuário com deficiência visual.

ABSTRACT

In contemporary times, the intense industrial, technological and scientific development, notably from the 20th century onwards, provoked a great informational explosion, which demanded the mastery of new virtual dynamics for social interaction, mainly with regard to access to knowledge, communication and research in today's globalized world. In this context, Brazilian university libraries face new paradigms about their role, in which librarians and their users have intensified the use of Information and Communication Technologies (ICTs), with the need to incorporate minority groups in the process, as is the case of visually impaired users. In view of this understanding, this article aims to identify in university libraries in the Northeast region of Brazil, through the Institutional Portal, the use of audio description for digital visual documents, with a view to including users with visual impairments. The investigative corpus comprised nine university libraries located in the capitals of the Brazilian Northeast, based on a documental and descriptive research with a qualitative approach. To this end, in addition to the history of informational inclusion of visually impaired users, it is emphasized, based on digital documents and environments of university libraries in Northeast Brazil, the importance of using the resource for the dissemination of academic information accessible in the virtual environment, as a cultural product, transmitting knowledge, understanding, information, and expanding access to the social and cultural inclusion of these users. The investigation pointed out that audio description is not yet a practice in universities and that, therefore, it is still not possible to fully serve people with visual impairments.

KEYWORDS: university library; audio description; accessible collection; visually impaired user.

1 INTRODUÇÃO

Considera-se o direito de todos ao acesso ao conhecimento, à informação e à cultura de inquestionável relevância para a formação do sujeito, como também a diversidade que constitui os seres humanos e a consequente necessidade de iniciativas diversas que visem à promoção de igualdade de acesso para todos.

A problemática dessa pesquisa foi pautada no seguinte questionamento: como as bibliotecas universitárias brasileiras disponibilizam seus documentos digitais de forma a tornar a informação acessível a todas as pessoas? A hipótese parte do pressuposto que a informação é um direito de todas as pessoas e, em especial, ao se tratar de informação pública, é preciso que esteja disponibilizada de maneira acessível a todos que dela necessite.

Nosso objetivo é identificar nas bibliotecas universitárias da região Nordeste do Brasil, através do Portal Institucional, o uso da audiodescrição para os documentos visuais digitais, com vista a incluir os usuários com deficiência visual.

2 PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS

A análise foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, que conforme apresentam Miles e Huberman (1994) pode ser realizada em três etapas, seguida da

análise dos dados, que são: redução, exibição e conclusão. A redução envolve a seleção, focalização, simplificação, abstração e a transformação da massa de dados em sumários organizados por tema em conformidade com os objetivos da pesquisa. A exibição é a apresentação dos dados a fim de possibilitar a análise e a interrelação entre as informações. A conclusão é a verificação e validação dos resultados em que os significados são derivados dos conceitos do referencial teórico.

Adotou-se um delineamento de pesquisa documental, que de acordo com Marconi e Lakatos (2013, p. 48) é aquela em “[...] que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Pela natureza da análise esta é uma pesquisa do tipo descritiva, que tem “[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2012, p. 28).

Em todo o Brasil são 68 Universidades Federais, distribuídas no quadro 1:

Quadro 1 - Universidades Federais Brasileiras

Estado	Qt.	Instituições de Educação Superior (IES)	SIGLA	Criação
Acre	1	Universidade Federal do Acre	UFAC	1970
Alagoas	1	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	1961
Amapá	1	Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	1990
Amazonas	1	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	1909
Bahia	4	Universidade Federal da Bahia	UFBA	1946
		Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	2013
		Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	2005
		Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	2013
Ceará	3	Universidade Federal do Ceará	UFC	1954
		Universidade Federal do Cariri	UFCA	2013
		Universidade Federal da Lusofonia Brasileira	UNILAB	2010
Distrito Federal	1	Universidade de Brasília	UNB	1962
Espírito Santo	1	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	1954
Goiás	3	Universidade Federal de Goiás	UFG	1960
		Universidade Federal de Catalão	UFCat	2018
		Universidade Federal de Jataí	UFJ	2018
Maranhão	1	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	1966
Mato Grosso	2	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	1970
		Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	2018
Mato Grosso do Sul	2	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	1970
		Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	2005
Minas Gerais	11	Universidade de Monas Gerais	UFMG	1927
		Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	1914
		Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	1913
		Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	1960
		Universidade Federal de Lavras	UFLA	1994
		Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	1969
		Universidade Federal de São João del Rey	UFSJ	1953
		Universidade Federal de Uberlândia	UFU	1957
		Universidade Federal de Viçosa	UFV	1969
		Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	1953
Pará	4	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	1953
		Universidade Federal do Pará	UFPA	1957
		Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	2009
		Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	2002
Paraíba	2	Universidade Federal do Sul e do Sudoeste do Pará	UNIFESSPA	1971
Paraíba	2	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	1955

		Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	2002
Paraná	3	Universidade Federal do Paraná	UFPR	1912
		Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	1909
		Universidade Federal da Integração Latino-americana	UNILA	2010
Pernambuco	3	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	1946
		Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	1947
		Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	UFAPE	2018
		Universidade Federal do Vale do São Francisco ^{1*}	UNIVASF	2002
Piauí	2	Universidade Federal do Piauí	UFPE	1968
		Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAr	2018
Rio de Janeiro	4	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	1920
		Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	1979
		Universidade Federal Fluminense	UFF	1960
		Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	1943
Rio Grande do Norte	2	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	1958
		Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	1968
Rio Grande do Sul	6	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	1895
		Universidade Federal do Rio Grande	FURG	1969
		Universidade Federal de Pelotas	UFPel	1969
		Universidade Federal de Ciências da Saúde Porto Alegre	UFCSPA	1953
		Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	1960
		Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	2008
Rondônia	1	Universidade Federal de Rondônia	UNIR	1982
Roraima	1	Universidade Federal de Roraima	UFRR	1989
Santa Catarina	2	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	1956
		Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	2009
São Paulo	3	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	1994
		Universidade Federal do ABC	UFABC	2005
		Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	1968
Sergipe	1	Universidade Federal de Sergipe	UFS	1968
Tocantins	2	Universidade Federal de Tocantins	UFT	2000
		Universidade Federal do Norte de Tocantins	UFNT	2019
TOTAL	68			

Fonte: As autoras, 2023 com dados do e-Mec.

Baseado no quadro, o *corpus* investigativo compreendeu as universidades do Nordeste brasileiro situadas apenas nas capitais, especificamente nove Instituições de Educação Superior (IES), a saber: UFAL, UFBA, UFC, UFMA, UFPB, UFPE, UFPI, UFRN e UFS com a pesquisa realizada no Portal de cada IES, que podem ser observadas no quadro 2:

Quadro 2 - Corpus investigativo

IES	Portal	Acessibilidade	Link
UFAL	https://ufal.br/	Núcleo de Acessibilidade	Página não localizada
UFBA	http://www.ufba.br/	-	https://www.ufba.br/acessibilidade
UFC	https://www.ufc.br/	Secretaria de Acessibilidade	https://acessibilidade.ufc.br/pt/
UFMA	https://portalpadrao.ufma.br/site	Diretoria de Acessibilidade	https://portalpadrao.ufma.br/proen/daces

¹ Universidade Federal do Vale do São Francisco (Bahia, Pernambuco e Piauí); Universidade Federal da Lusofonia Brasileira (Bahia e Ceará); Universidade Federal da Fronteira Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

UFPB	https://www.ufpb.br/	-	https://www.ufpb.br/ufpb/acessibilidade
UFPE	https://www.ufpe.br/	Núcleo de Acessibilidade	https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade
UFPI	https://ufpi.br/	-	https://ufpi.br/acessibilidade
UFRN	https://ufrn.br/	Secretaria de Inclusão e Acessibilidade	https://sia.ufrn.br/
UFS	https://www.ufs.br/	Divisão de Ações Inclusivas	https://dain.ufs.br/pagina/21493-apresentacao

Fonte: As autoras, 2023, a partir de dados do e-Mec.

A análise, de abordagem qualitativa, seguiu as etapas de redução do *corpus*, de 68 instituições brasileiras, passou-se para nove IES pesquisadas; em seguida passou-se para a análise propriamente dita, que se constituiu na busca nos portais oficiais das Universidades pelos documentos com audiodescrição, para tal, buscou-se primeiramente na arquitetura do site informações sobre o setor responsável pela acessibilidade da instituição. Esta etapa possibilitou a análise e a interrelação entre as informações disponibilizadas com base no objetivo apresentado. Por fim, foi realizada a validação dos resultados confrontando com o referencial teórico.

3 A DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL

De acordo com os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, existem no Brasil 18,6% da população com alguma deficiência visual, desse percentual, têm-se 6,5 milhões de pessoas que apresentam deficiência visual severa, 506 mil ou 0,3% com perda total da visão e 6 milhões ou 3,2% que apresentam dificuldades para enxergar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). A Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, exige que todas as pessoas com deficiência tenham acessibilidade em todos os estabelecimentos, sejam eles em ambientes públicos ou privados, físicos ou digitais (BRASIL, 2000).

Para Sasaki (2006), a inclusão como um paradigma da sociedade, é processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana, que é composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos, é importante que esse processo tenha a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações. Sasaki (2006) afirma ainda que, no processo de inclusão das pessoas com deficiência, discute-se dois modelos, são eles, o social e o médico. O modelo médico declara a deficiência como doença, enquanto no modelo social de deficiência, se entende que “[...] os problemas das pessoas com deficiência **não estão** nela tanto quanto estão na sociedade” (SASSAKI, 2006, p. 45, **grifo nosso**). Nesse sentido, os problemas gerados pela sociedade causam incapacidade ou desvantagem no desempenho social da pessoa com deficiência e a orientação, segundo Sasaki (2006, p. 45), é eliminar as barreiras causadoras destes problemas para que elas possam ter acesso a “[...] serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional”.

O manual da Organização Mundial de Saúde (OMS)² publicado em 1997, que apresenta novos títulos e classificações internacionais para as deficiências como: motora, intelectual, auditiva, visual e múltipla (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008)³.

Nesta pesquisa, o *corpus* investigativo se debruçou sob a deficiência visual.

Durante milênios, a pessoa cega viveu à margem da sociedade. Conforme os estudos de Mantoan (2003), somente a partir do século XVII e, principalmente XVIII, junto com ao movimento cultural e intelectual denominado Iluminismo, é que se começou a cogitar a respeito das necessidades das pessoas com deficiência visual no que diz respeito à Educação. Até aí, os cegos encontraram vedado o acesso à leitura, devido às barreiras de ordem perceptiva sensorial, interpretadas como resultantes de limitações de ordem intelectual ou cognitiva por filósofos e pensadores.

Segundo as reflexões de Facion (2005, p. 54):

A primeira escola para cegos foi fundada em 1784, em Paris, por Valentin Haüy, o Instituto Real dos Jovens Cegos. Somente em 1819, um antigo oficial do exército de Napoleão, o Capitão Charles Barbier de la Serre, levou o sistema sonográfico de leitura e escrita formado de pontos, para reconhecimento tátil, chamado de leitura noturna, para comunicação à noite, de pequenas mensagens entre oficiais e soldados em campanha para ser experimentado no instituto de Haüy. Na época, Luís Braille com 10 anos era um dos alunos matriculado na escola de Haüy. Interessou-se pelo método de Barbier, e se dedicou ao estudo, à análise, à pesquisa e à identificação dos aspectos positivos e negativos do sistema. Braille alterou o número de pontos de 12 para 6, estruturou um código com 63 variáveis, atribuindo valores simbólicos a esses sinais, para que fossem utilizados na literatura, na música, na aritmética. Em 1829, Luís Braille publicou o processo para escrever as palavras, a música e o cantochão por meio de pontos para uso dos cegos. Em 1837, fez uma edição com forma definitiva e em 1854, dois anos após sua morte, em (6 de janeiro de 1852), houve a oficialização do sistema Braille na França. Até o aparecimento do referido sistema, em 1825, os cegos não tinham acesso à escrita e leitura.

De acordo com os estudos de Silva (2001, p. 78), foi a partir do idealismo de José Álvares de Azevedo, que surgiu a oportunidade de educação do cego no Brasil. Lemos e Cerqueira (1996) evidenciam este desenvolvimento com o registro do surgimento da primeira biblioteca Braille no Brasil, denominada Louis Braille. Segundo os autores, foi uma iniciativa privada, criada na cidade de Belo Horizonte no ano de 1939, com objetivo de produzir livros não didáticos, cuja produção era feita por voluntários. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a nova Imprensa Braille do Instituto Benjamin Constant, que, a partir dos anos quarenta, intensificou sua produção de livros didáticos e literários e em 1946, na cidade de São Paulo, foi criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, hoje Fundação Dorina Nowill para Cegos.

² Ver: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificación internacional de las deficiencias actividades e participacion:** um manual de las dimensiones de la inhabilitacion e su funcionamiento. Ginebra. 1997 [Versão preliminar].

³ O documento do Ministério da Saúde consultado e que faz menção ao Manual da OMS é o publicado em 2008, entretanto, enfatiza-se que a política traz o termo 'portador de deficiência', que foi atualizado na Política Nacional da Pessoa com Deficiência, publicado em 2010 e que se encontra disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf. Acesso em: 8 jul. 2023.

Com o Parecer nº 50, do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 6 de março de 1953, que deu parecer favorável ao ingresso de aluno cego ao curso de Geografia e História da Faculdade Fluminense de Filosofia (ARANHA, 2005). Entretanto, como afirmam Duarte e Amaral (2020, p. 71), foi apenas a partir dos anos 2000, que “[...] a democratização da educação superior brasileira ganhou espaço nas pautas públicas, promovendo avanço no acesso e permanência de parcelas da população até então excluídas desta modalidade de ensino”, com a ampliação do número de vagas e de vagas reservadas, políticas afirmativas de inclusão e incentivo à criação de núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino federais. A partir do Programa de Acessibilidade no Ensino Superior (Incluir) criado em 2004, com o objetivo de

[...] fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, online).

Sobre inclusão, Pereira *et al* (2016, p. 148) afirmam que é “[...] um movimento educacional, social e político que defende o direito de todas as pessoas a participarem da sociedade e de serem respeitadas naquilo que os diferencia dos outros”. A inclusão, no Ensino Superior, assim como na Educação de um modo geral, é um compromisso e um dever. A educação inclusiva é descrita por Prieto (2013, p. 17) como um “[...] compromisso ético-político, que implica em garantir direito à educação pela via da democratização e da universalização do acesso às escolas com qualidade de ensino [...]”, a fim de combater a exclusão e injustiça social.

Neste sentido, as ações, como o Programa Incluir, visam a garantir que pessoas com deficiência tenham acesso ao Ensino Superior e congregam para uma sociedade inclusiva que prima pela garantia dos direitos de todas as pessoas. Sasaki (2006) afirma que a integração e a inclusão, enquanto processos sociais, são muito importantes para uma sociedade inclusiva. E nesse processo, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) atuam como aliadas para que a acessibilidade seja uma realidade em todos os contextos da vida humana.

3.1 A TECNOLOGIA À SERVIÇO DA INCLUSÃO INFORMACIONAL

Na contemporaneidade, o avanço tecnológico vem facilitando a vida das pessoas com deficiência visual, possibilitando a comunicação, a pesquisa e o acesso ao conhecimento. Por meio dessas tecnologias as pessoas com deficiência podem comunicar-se, interagir e ter acesso à informação. À essas tecnologias, dá-se o nome de tecnologias assistivas/assistidas. Segundo Bersch e Tonolli (2006 *apud* BERSCH, 2017, p. 2) é o termo utilizado para “[...] identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão”

No contexto brasileiro, a Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006, instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), que em 2007, aprovou o conceito de tecnologia assistiva como:

[...] uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS, 2007, p. 3).

As tecnologias assistivas, que mais auxiliam no acesso à informação dos usuários com deficiência visual, são os leitores de telas. Tratam-se de programas que interagem com o sistema do celular ou com o sistema operacional do computador e capturam as informações apresentadas na forma de texto, transformando essas informações em uma resposta falada por um sintetizador de voz. É importante destacar que os programas de leitura de tela só conseguem ler textos, ou seja, todas as imagens, gráficos e planilhas precisam estar descritos para que as pessoas com deficiência visual tenham pleno acesso à informação.

Com base em Amorim, Nassif e Alves (2009) e Vieira (2005), pode-se constatar que os programas de leitura de tela mais utilizados no Brasil são: (a) NonVisual Desktop Access (NVDA), leitor de tela gratuito e de código aberto; (b) *Job Access With Speech* (JAWS), desenvolvido pela Freedom Scientific; (c) Sistema DOSVOX, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); (d) Software Orc Screen Reader, leitor de tela livre e gratuito, para o sistema operacional Linux; (e) Sistema VoiceOver, leitor de tela presente nos computadores e demais produtos da Apple; e (f) TalkBack, leitor de tela do Google disponível nos dispositivos Android.

Passos e Ferreira (2009, p. 12) afirmam que a acessibilidade informacional, proporcionada pelas tecnologias assistivas, “[...] significa uma dimensão fundamental para o bom desempenho educacional, social e cultural dos deficientes de uma forma geral e em especial os deficientes visuais estudantes do ensino superior”. Para Santos e Araújo (2015), a acessibilidade informacional é a dimensão que permite circular livremente e ter acesso às fontes e aos materiais de informação de forma confiável, que estas possam proporcionar autonomia e auxiliar na construção de recursos informacionais tanto de busca como de recuperação e uso da informação.

As bibliotecas universitárias, são instituições que visam atender as necessidades informacionais da comunidade acadêmica, em toda a sua heterogeneidade, no desenvolvimento de suas atividades que envolvem ensino, pesquisa e extensão. Santos e Peixoto (2018, p. 1140) afirmam que “a biblioteca universitária tem demonstrado com o advento das tecnologias de informação e comunicação, em especial a Internet, papel fundamental no acesso, elaboração e distribuição da informação”. A trajetória da biblioteca universitária brasileira está ligada à evolução das Instituições de Ensino Superior (IES), surgindo concomitantemente com as universidades. Sobre isto, Santos e Peixoto (2018, p. 1147) pontuam que “ao longo dos anos as bibliotecas universitárias brasileiras vêm se adaptando às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, buscando redefinir seu papel na sociedade, de forma que as necessidades informacionais de seus usuários sejam sempre atendidas”.

Assim, as bibliotecas universitárias no Brasil vêm passando por mudanças e utilizando estratégias de adequação por meio de estruturas utilizadas nas plataformas virtuais para disponibilizar seus serviços. Segundo Thurler (2002, p. 89), “a mudança é construída, coletiva e progressivamente, se os atores que dele fazem parte

dispuserem de margens de manobras suficientes para, [...] resolver os problemas encontrados”.

A acessibilidade informacional é uma mudança que acompanha o próprio acesso das pessoas com deficiência ao Ensino Superior. No Brasil, o processo de disponibilização da informação por parte das bibliotecas universitárias, se realiza por meio de diferentes serviços, instrumentos e ferramentas. Sem dúvida, as bibliotecas universitárias constituem para as sociedades escolarizadas, num importante e imprescindível espaço de socialização, divulgação da ciência e do conhecimento produzido historicamente. Em contextos municipais que abrigam instituições universitárias, tais espaços públicos transformam-se em centros de socialização do saber e em ambientes educacionais por excelência. Oliveira (2010) assegura que é possível haver acessibilidade informacional em bibliotecas, desde que haja recursos que possibilitem o acesso à informação e às equipes que considerem as pessoas com deficiência visual como público-alvo, sem criar barreiras atitudinais e de acesso.

Logo, considerando o importante papel, que exerce a biblioteca universitária, como espaço mediador entre o conhecimento gerado e o usuário - que a partir da informação obtida poderá gerar um novo conhecimento ou produto - é relevante uma reflexão sobre a função social. É igualmente importante que essa reflexão passe pela sua atuação e cumprimento das leis, normas e recomendações pertinentes às pessoas com deficiência.

3.1.1 O recurso de audiodescrição dos ambientes virtuais nas bibliotecas universitárias

Com o advento do terceiro milênio, a oportunidade das bibliotecas abre um leque de possibilidades a essa população minoritária das pessoas com deficiência visual, pois existem equipamentos e acessórios facilitadores que permitem ao usuário com deficiência visual, executar pesquisas, elaborar trabalhos, ser úteis enquanto cidadãos, participar do desenvolvimento científico e tecnológico, enfim, contribuir no meio em que vive.

Pupo (2006) afirma que os acervos digitalizados e a transmissão eletrônica de documentos passam a integrar as unidades de informação do século XXI, transformando tanto o cotidiano de ensino e aprendizagem nas escolas quanto à organização e à recuperação da informação nas bibliotecas. Santaella (2012) acrescenta que o ato de ler, não se limita à decifração de letras, expande-se também para todos os tipos de imagem, diagramação de texto, tipos gráficos, tamanho de letras e páginas. De modo a responder ao direito ao acesso a esta comunicação e informação imagética, pelos usuários com deficiência visual, é empregado o recurso da audiodescrição. Todavia, a audiodescrição não é uma descrição qualquer, despreziosa, sem regras, aleatória. Trata-se de uma descrição regrada, adequada a construir entendimento, onde antes não existia ou era impreciso; uma descrição plena de sentidos e que mantém os atributos de ambos os elementos, do áudio e da descrição, com qualidade e independência.

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) (2020, p. 6-7) afirma que:

o recurso da audiodescrição vem para facilitar o acesso de conteúdos audiovisuais (filmes, teatro, palestras e eventos) ou imagens estáticas (fotografias, gráficos, planilhas, museu, obras de arte) para pessoas com deficiência visual. [...]. O recurso da audiodescrição vem para

facilitar o acesso de conteúdos audiovisuais (filmes, teatro, palestras e eventos) ou imagens estáticas (fotografias, gráficos, planilhas, museu, obras de arte) para pessoas com deficiência visual.

Assim, a audiodescrição, segundo depoimento de Francisco Lima, é a “[...] ponte entre a imagem não vista e a imagem construída na mente de quem ouve a descrição” (VER COM PALAVRAS, 2010, online). A audiodescritora, Soraya Ferreira Alves, corrobora com esta descrição ao informar que “a audiodescrição é uma ferramenta utilizada para garantir maior acessibilidade à informação visual a indivíduos com deficiência visual e consiste na tradução de imagens em palavras” (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2020, p. 7).

Lima, Lima e Vieira (2009, p. 3) afirmam que

a audiodescrição implica em oferecer aos usuários desse serviço as condições de igualdade e oportunidade de acesso ao mundo das imagens, garantindo-lhes o direito de concluírem por si mesmos o que tais imagens significam, a partir de suas experiências, de seu conhecimento de mundo e de sua cognição.

Essa operação, porém, é bastante complexa, pois não basta apenas descrever o que se vê, mas o que é relevante para a organização semiótica da obra, uma vez em que a mesma permite o recebimento das informações contidas nas imagens disponibilizadas nos documentos digitais e ambientes virtuais que são audiodescritos todas as passagens escritas, ilustrações, fotografias e figuras. Ao mesmo tempo em que ela aparece, permite que o usuário aproveite toda a obra, seguindo a trama e captando a subjetividade da narrativa da mesma forma que uma pessoa sem alguma deficiência visual.

A prática de descrever o mundo imagético para pessoas com deficiência visual, de acordo com Franco e Silva (2010), nasceu em meados da década de 70 nos Estados Unidos com a dissertação de Mestrado de Gregory Frazier. Na década seguinte, o casal, Margaret e Cody Pfanstiehl, realizou a audiodescrição de Major Barbara, peça exibida no Arena Stage Theater em Washington DC em 1981. O casal é responsável ainda pelas primeiras audiodescrições em fita cassete usadas em visitas a museus, parques e monumentos nos EUA, além de contribuir de maneira significativa para levar o recurso à televisão (COSTA, 2014). No Brasil, a audiodescrição foi utilizada pela primeira vez, em 2003, durante o festival temático ‘Assim Vivemos’. Levando em conta, três perfis de especialistas: o audiodescritor roteirista, o audiodescritor narrador e o audiodescritor consultor.

Motta (2015, p. 2) conclui que

a audiodescrição é um recurso de acessibilidade comunicacional que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em todos os tipos de eventos, sejam eles acadêmicos, científicos, sociais ou religiosos, por meio de informação sonora. Transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos, pessoas com déficit de atenção, autistas, disléxicos e outros.

Desde a promulgação da Lei Federal nº 10.098 (BRASIL, 2000), regulamentada pelo Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004), alterado pelo Decreto nº

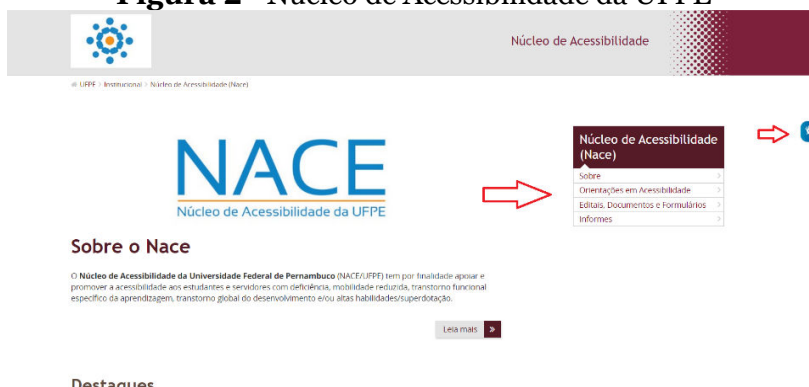
possível localizar a informação sobre a Rede de Núcleos de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência (NAPD/SIBI/UFC) e em seguida a informação sobre a Divisão de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência (DAPD) com informações de os serviços prestados, dentre eles: desenvolvimento de acervo acessível em conformidade com as normas de acessibilidade, a partir da formação de coleções em formato acessível e informações técnicas e acervo adaptados em formato acessível, como também metodologias de trabalho, produtos e serviços para usuários com deficiência no âmbito da Rede REBECA. Porém, não foi localizado nenhum documento com audiodescrição.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) mantém em sua estrutura a Diretoria de Acessibilidade (DACES), que está ligada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). Na aba de documentos tem-se: guia de acessibilidade, relatório de pesquisa e regimento. Entretanto, não foi localizado nenhum documento com audiodescrição. O acesso à biblioteca deu-se pela busca com o descritor 'sistema de biblioteca', que recuperou uma notícia da Diretoria Integrada de Bibliotecas com o *link* de acesso. Foi possível, a partir daí, navegar pelo Portal, entretanto, não foi localizado nenhuma informação sobre serviços acessíveis às pessoas com deficiência, tão pouco algum documento com audiodescrição.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no início da parte superior do portal, encontra-se uma aba de 'Acessibilidade', com informações e orientações, além de documentos oficiais, como leis, decretos e portarias e um canal para dúvidas e sugestões. O acesso à biblioteca da UFPB deu-se pela aba 'Bibliotecas' na lateral esquerda. Ao navegar, só se encontra as unidades do Sistema de Bibliotecas e, ao clicar na Biblioteca Central, é possível encontrar os principais serviços, como acesso às bases de dados, acervo e demais serviços. Encontrou-se a 'Seção de Inclusão de Usuário com Deficiência', porém, não há a oferta de documentos visuais com audiodescrição.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) mantém o Núcleo de Acessibilidade (NACE), cujo acesso se deu pela parte inferior do site na aba 'Assistência/Apoio' e, apesar de ter a opção de Língua Brasileira de Sinais (Libras), não foi localizada nenhuma audiodescrição de qualquer documento visual.

Figura 2 - Núcleo de Acessibilidade da UFPE



Fonte: <https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade/documentos> (2023).

O Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) foi acessado pela aba lateral esquerda 'Institucional' > biblioteca central > navegação'. Na aba navegação da biblioteca, encontra-se o Laboratório de Acessibilidade (LAC) com informações sobre os serviços ofertados e nenhuma disponibilização de documentos com audiodescrição, apesar de conter a informação que o público-alvo do LAC são pessoas

com deficiência visual ou com dificuldades diversas no que diz respeito ao acervo e suas necessidades específicas.

No início do portal da Universidade Federal do Piauí (UFPI), na parte superior, encontra-se uma aba de ‘Acessibilidade’ com informações e orientações, documentos oficiais, como leis, decretos e portarias e um canal para dúvidas e sugestões e *links* com dicas e alguns recursos considerados úteis. Trata-se de um *link* externo da Acessibilidade Legal⁶, há informações diversas e o recurso de tecnologias assistivas informando sobre os tipos e níveis de deficiência visual, entretanto, todas as informações são para videntes, não há nenhuma audiodescrição no portal.

Para acessar o portal da biblioteca, foi necessário verificar o organograma da Universidade, que apresentava um *link* para ‘biblioteca’. No Portal não se localizou nenhum serviço ou produto destinado às pessoas com deficiência visual.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), através da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SAI), mantém todo o conteúdo com acesso à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e com a fonte maior, facilitando a legibilidade. Porém, ao verificar a aba ‘Documentos’, nenhum se encontra com o recurso da audiodescrição.

Figura 3 - Laboratório de Acessibilidade de UFRN



Fonte: <https://laccessibilidade.bczm.ufrn.br/> (2023).

Para localizar o portal do Sistema de Bibliotecas, navegou-se por: Institucional > *links* rápidos > sistemas integrados > bibliotecas. Todo o site tem

⁶ Ver: <http://www.acessibilidadelegal.com/>.

ao utilizar estes dispositivos, a biblioteca universitária configura os recursos (pasta, arquivo, URL, livro, rótulo etc.). No item ‘Descrição’, inserindo informações de forma clara e precisa acerca do conteúdo a ser postado. Com esse procedimento o leitor de tela informará ao usuário com deficiência visual detalhes sobre o material que está disponível antes de ser aberto.

A **terceira e última etapa** é a pós-produção e finalização do processo, que é a divulgação do serviço ou produto que está sendo disponibilizado com o recurso da audiodescrição.

Nesta etapa, as bibliotecas precisam publicizar os resultados, para que o maior número de usuários tenha conhecimento dele. Pode-se veicular em redes sociais, sites das bibliotecas e das instituições, em *blogs* e pelos e-mails dos usuários. Pode-se também, oferecer mais de um tipo de comunicação com os usuários, sempre que possível, disponibilizar o mesmo conteúdo em diferentes canais.

Sem esquecer, de disponibilizar também de forma acessível, os contatos das bibliotecas, catálogos, bem como os *links* de acesso aos materiais disponíveis aos estudantes nos repositórios. Compactua-se com Motta (2010, p. 240) quando afirmar que:

A audiodescrição é um exercício de respeito, de ética e só é mesmo de qualidade quando compartilhada. É um treino pessoal, que exige estudo e dedicação no que diz respeito às inferências e interpretações. É um movimento intenso de busca, de alternativas "em palavras" que garantam o entendimento sem super ou subestimar a capacidade de entendimento e história de vida do outro. Manter-se dentro do que o autor propõe, dentro de sua linguagem e dos fatos é um grande desafio, complexo e fascinante.

É importante ressaltar que se considera ambiente acessível àquele que “se ajusta aos requerimentos funcionais e dimensionais e possibilitam a utilização autônoma, com a comodidade e segurança de todos [...] seguindo parâmetros do Design Universal” (FERRÉS, 2006, p. 22). Visto a importância da inclusão dos usuários com deficiência visual no ciclo das bibliotecas universitárias é importante que as recomendações feitas pela W3C também sejam estudadas e consideradas nos ambientes virtuais dessas bibliotecas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se socializar possibilidades de aplicação do recurso da audiodescrição, com ênfase na disponibilização acessível da informação digital, em documentos e ambientes virtuais nas bibliotecas universitárias do Nordeste do Brasil, com vista a inclusão dos usuários com deficiência visual. Uma vez que os serviços, produtos e atividades disponibilizados giram em torno de estímulos visuais, o que impede na maioria das vezes, o acesso, utilização e participação destes usuários. Ou seja, estas informações imagéticas, fazem parte de um sistema simbólico que necessita do discurso verbal ou comunicativo para ser interpretada pelos usuários com deficiência visual.

Somente a partir de práticas acessíveis com o recurso da audiodescrição, nas ações empreendidas pelas bibliotecas, o usuário da audiodescrição será incluso e terá seu direito garantido, uma vez que haverá disponibilização do conhecimento desenvolvido de forma intuitiva pelo saber constituído na prática da audiodescrição

com procedimentos como: tratamento das informações, fontes de consulta, instrumentos de registro e a avaliação do desempenho, em consonância com a heterogeneidade do usuário ao qual se destina. Desta forma, as bibliotecas universitárias contribuirão com adequação e qualidade dos recursos disponibilizados em todo processo, visando atender com excelência as diversas especificidades do público da audiodescrição.

O universo pesquisado aponta que ainda há muito a caminhar e conseguir o que Motta (2010) chama de exercício de respeito, isto pautado no direito à informação de todas as pessoas e no juramento da pessoa bibliotecária: “Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na **dignidade da pessoa humana**” (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 1966, online, **grifo nosso**). Assim, entende-se ser um compromisso dos(as) bibliotecários(as) das bibliotecas universitárias brasileiras fazer o esforço para cumprir seu papel social perante a comunidade acadêmica, sem deixar de atender a nenhuma pessoa por falta de acessibilidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Célia Maria de; NASSIF, Maria Christina; ALVES, Maria Glicélia. **Escola e deficiência visual**: como auxiliar seu filho. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2009. (Série Dorina Nowill).

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto escola viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministérios da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 16.452**: Acessibilidade na comunicação: audiodescrição. Rio de Janeiro: ABNT, set. 2016.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre, RS: Assistiva, Tecnologia e Educação, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 29 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5645.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.762, de 27 de abril de 2006**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5762.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS. **Ata da VIII Reunião do Comitê de Aduas Técnicas (CAT), de 13 e 14 de dezembro de 2007**. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VIII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução nº 6, de 13 de julho de 1966. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jul. 1966. Seção 1, p. 13266. Disponível em: http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/64/1/Resolucao_006-66.pdf. Acesso em: 3 maio. 2023.

COSTA, Larissa Magalhães. **Audiodescrição em filmes**: história, discussão conceitual e pesquisa de recepção. 2014. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=29932@1>. Acesso em: 8 jul. 2023.

DUARTE, Roberta Gonçalves; AMARAL, Débora Monteiro do. A democratização do Ensino Superior e os desafios do acesso e permanência de estudantes com deficiência na Licenciatura em Educação do Campo. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 25, n. 44, p. 70-89, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1064/912>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Introdução à audiodescrição**: módulo 1. Brasília: ENAP, 2020. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5299/1/Mod_1_Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Audiodescri%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 2 maio 2023.

FACION, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: Ivpex, 2005.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. *In*: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP, 2006. p. 21-32.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: breve passeio histórico. *In*: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (orgs.). **Audiodescrição**: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. p. 23-42. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/prodam/arquivos/Livro_Audiodescricao.pdf. Acesso em: 1 maio 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

LEMOS, Edison Ribeiro; CERQUEIRA, Jonir Bechara. O Sistema Braille no Brasil. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 2, jan. 1996. Disponível em: <http://www.ibr.gov.br/?itemid=99>. Acesso em: 25 abr. 2023.

LIMA, Francisco J.; LIMA, Rosângela A. F.; VIEIRA, Paulo A. M. O traço de união da áudio-descrição: versos e controvérsias. **Revista de Tradução Visual**, v. 1, 2009. Disponível em: <https://www.associadosdainclusao.com.br/enades2016/sites/all/themes/berry/documentos/01-o-traco-de-uniao-da-audio-descricao-versos-e-controversias.pdf>. Acesso em: 2 maio 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MILES, Matthew B.; HUMERNAN, Michael. **Qualitative data analysis**: an expanded source book. 2. ed. Londres: Sage Publications, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Incluir**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 25 abr. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de saúde da pessoa portadora de deficiência**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 8 jul. 2023.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. A audiodescrição vai à Ópera. *In*: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. **Transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. p. 67-82.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DO SIBI UFBA. **Portal**. 2023. Disponível em: <https://sibi.ufba.br/nucleo-de-acessibilidade-informacional-do-sibi-nasibi>. Acesso em: 8 jul. 2023.

OLIVEIRA, Graziela Helena Jackyman de. **Acessibilidade informacional**: as bibliotecas e as pessoas com deficiência visual. 2010. 129f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PASSOS, Jeane dos Reis; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. O deficiente visual e o acesso à memória coletiva do conhecimento dos primórdios à era digital: estudo de acessibilidades e fontes informacionais acadêmicas brasileiras. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa, PB. **Anais** [...]. João Pessoa, PB: UFPB/ANCIB, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3266/2392>. Acesso em: 30 abr. 2023.

PEREIRA, Rosamaria Reo *et al.* Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, RS, v. 29, n. 54, p. 147-160, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19898>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Política de Educação Especial no Brasil: evolução das garantias legais. *In*: VICTOR, Sônia Lopes; DRAGO, Rogério; CHICON, José Francisco. (orgs.). **A educação inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos**: avanços e desafios. Vitória, ES: EDUFES, 2013. p. 17-35.

PUPO, Deise Tallarico. Acessibilidade e inclusão: o que isto tem a ver com os bibliotecários. *In*: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP, 2006. p. 10-12.

SANTAELLA, Lúcia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SANTOS, Christiane Gomes dos; ARAÚJO, Wagner Junqueira de. Acessibilidade informacional: um estudo sobre configurações de segurança em objetos digitais acessíveis segundo análise de aceitação por pessoas com deficiência visual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 209-222, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abcib/article/view/26227/14203>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SANTOS, Andrea Pereira; PEIXOTO, Suzane Gonçalves Duarte. As bibliotecas universitárias: contexto histórico e aspectos conceituais. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador, BA. **Anais** [...]. Salvador, BA: UFBA/FEBAB, 2018. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/50/5812/SNBU2018_210.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, Gildo Soares da. **Abrindo janelas**. Recife: COMUNIGRAF, 2001.

SNYDER, Joel. **Construindo imagens com palavras**: manual de treinamento abrangente e guia sobre a história e aplicações da áudio-descrição. Recife: UFPE, 2017.

THURLER, Monica Gather. Da avaliação dos professores a avaliação dos estabelecimentos escolares. *In*: PERRENOUD, Philippe *et al.* **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VER COM PALAVRAS: audiodescrição. **Portal**. 2010. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/home>. Acesso em: 3 maio 2023.

VIEIRA, Ricardo Quintão. **Portador de deficiência visual**: o papel da biblioteca e inclusão deste usuário na sociedade da informação. 2005. 35 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.